

ÉTICA E POLÍTICA EM RAUL RICOEUR

Constança Marcondes CÉSAR
(PUCCAMP/CNPq)

A questão ética perpassa toda a obra de Ricoeur, desde *Einitude et Culpabilité* onde são centrais os temas da falibilidade do homem, da culpa, a análise dos mitos do mal, até textos mais recentes, como *Soimême comme un autre*, nos quais a meditação sobre o si e as normas morais, a reflexão sobre a autonomia e os conflitos humanos, esboçam uma odontologia da alteridade e põem em primeiro plano as relações entre ética e política.

Em *Einitude et Culpabilité* Ricoeur analisa a vontade cativa, prisioneira da culpa, descrevendo as relações entre o voluntário e o involuntário. Estudando os mitos da queda e do exílio, Ricoeur aborda a vontade submetida ao involuntário, expondo a fragilidade humana e o desejo de transcendências, a tensão permanente entre a finitude da nossa condição e a sua possibilidade de abrir-se ao infinito. A reflexão sobre os mitos do mal visa levar o homem a tomar consciência de si de modo mais pleno, possibilitando a libertação do temor e da angústia. A interrogação sobre nós mesmos conduz-nos à suspeita a respeito do *cógito* imediato. *De l'interprétation, Le conflit* desafio *interprétations* são as obras mais importantes em que nosso filósofo expõe a crise da noção de consciência resumida por ele em dois pontos: há uma certeza da consciência imediata, mas tal certeza não conduz a um verdadeiro saber a respeito de nós mesmos. Marx, Nietzsche e Freud assinalaram de modos diversos essa ruptura da certeza imediata do *cógito*. Essa ruptura faz com que a reflexão sobre si

remeta a um irrefletido, ao mundo pré-reflexivo, que Husserl e Merleau-Ponty tematizaram, e mostra a consciência como tarefa, para um ser que está ligado aos fatores de repetição e repressão que sua finitude representa. Mais uma vez, os mitos e a linguagem simbólica oferecem uma via de transcendência: analisando o mito de Édipo, Ricoeur mostra que os símbolos repetem a nossa infância, mas também exploram nossa vida adulta; são recordações de nosso passado e prospecção de nosso futuro. A arqueologia de reflexão mostra o descentramento da consciência atual enquanto lugar e origem do sentido; e expõe também o caráter prospectivo do conhecimento da verdade, a respeito de si e do mundo. A consciência não é origem, mas tarefa. Os mitos, a literatura, a poesia e o sonho são vias de acesso a um ser-mais. A consciência deve prender a ser capaz do outro, do inconsciente.

O momento histórico em que surge tal descentração da consciência é o momento, segundo Ricoeur, do esquecimento das hierofanias, da perda do sentido do sagrado, na civilização técnica. Mas é também o momento da busca da restauração de uma plenitude da linguagem, de um acesso mais profundo ao Ser; é o momento da crítica das ilusões, da radical demitização, mas também e da busca de um novo contato com o sagrado, para além do esquecimento do Ser. Esta reflexão é a apropriação de nosso esforço para existir e de nosso desejo de ser, através de obras que atestem esse esforço e este desejo." (*Le conflit des interprétations*, p. 277). O filósofo não pode contentar-se em justa por desmitologização proposta pela fenomenologia da religião e a filosofia hermenêutica, que pensa a partir do símbolo, fazendo o homem se compreender pelo sagrado, numa radical despossessão de si mesmo. O filósofo deve buscar a articulação dessas problemáticas; e Ricoeur encontra o eixo desta articulação na meditação sobre a questão originária da ética, "cujo horizonte foi apenas destacado pela destruição das falsas transcendências (*Le Conflit des Interprétations*, p. 286).

Assim, nosso autor entende que "o originário ético reside na articulação dos nossos dois movimentos de pensamento, da destruição mítica e da instrução simbólica (...)" e que a "Ética

é a apropriação de nosso esforço para existir em seu processo inteiro, da escravidão à beatitude" (id).

A questão ética, pois, se torna a investigação do significado fundamental do destino humano, pensando a partir dos símbolos e fazendo a crítica das ilusões.

O primeiro momento deste pensar pode ser visto como uma reflexão sobre a linguagem, já buscada em *La Symbolique du Mal*, em *De l'interprétation* e aprofundada no *La Métaphore Vive*. Neste texto, Ricoeur põe a questão da verdade metafórica, da redescrição poética do mundo, cuja implicação ética e metafísica é levada às últimas conseqüências em *Temps et Récit*. Enfocando obras literárias magistrais de Proust, Thomas Mann e Virgínia Wolf, o pensador francês redescobre a tensão entre a finitude do homem e a sua busca de transcendência, entre o tempo mortal e a eternidade. Mostra como a ficção recria o real por um *mythos* que atinge a sua essência, e amplia a consciência do leitor, introduzindo-o nas variações imaginativas do ego possibilitando, assim, a crítica de suas ilusões. A ficção, analogamente à história, põe em jogo a apreensão dos acontecimentos narrados, como uma totalidade significativa, refigura, deste modo, o tempo humano, ajudando a pensar juntos a eternidade e o tempo, e põe à luz as questões da verdade e da aprendizagem do amor e da morte.

A linguagem é o lugar privilegiado onde o homem investiga o sentido do destino humano, o lugar por excelência de meditação ética, cuja tarefa é levar-nos à descoberta de nós mesmos e ao questionamento de nossas relações com a transcendência.

Esta meditação sobre a linguagem é, primeiro, uma reflexão crítica a respeito do cogito, que expõe a crise do cogito cartesiano. Em *Le Conflit des Interprétations*, em *De l'Interprétation*, Ricoeur põe em dúvida a certeza imediata, o "eu" da clareza e da evidência, mostrando a emergência de uma subjetividade mais complexa, que exige uma decifração do sujeito, de natureza não apenas epistemológica, mas ética. Tal decifração implica num filosofar sobre a linguagem, sobre a ação, que coloque em primeiro plano o tema da identidade pessoal, abordada também em *Temps*

et Récit. A reflexão sobre o si mesmo leva Ricoeur a visar a perspectiva ética. A estima a si mesmo, o respeito a si mesmo consiste em “visar a vida boa, com e pelo outro em instituições justas (*Soimême comme un autre*, p. 202). A vida boa é a vida plena, a que cumpre na ação, seu fim último. Podemos estabelecer níveis de excelência, avaliar a ação por sua teleologia interna, por sua **phorronésis**; interpretá-la como um texto: “Primeiro, entre nosso visar à vida boa e nossas escolhas particulares esboça-se uma espécie de círculo hermenêutico, em virtude do vai e vem entre a idéia de vida boa e as decisões mais marcantes de nossa existência (...) Dá-se assim como um texto, no qual o todo e a parte compreendem-se um pelo outro” (*Soi-même comme un autre*, p.210).

“Visar à vida boa” Implica em visá-la com os outros; o outro é um mediador entre nós mesmos e o mundo. A ética da mutualidade, do ser-com, implica a estima de si mesmo e estima aos outros, simpatia e solicitude, a apreensão do caráter insubstituível da pessoa: a estima do outro como um si mesmo e de si mesmo como um outro.

A expressão social de vida ética envolve as noções de justiça e de igualdade, consolidadas em instituições. O poder em comum deve resultar da aceitação da pluralidade enquanto extensão das relações inter-humanas a todos.

A relação estreita entre ética e política aparece, pois, como a definição do justo e do injusto ao nível institucional, a distribuição eqüitativa dos papéis em sociedade. No plano ético-político, a igualdade está para a vida das instituições como a solicitude está para as relações interpessoais, na dimensão do face a face.

Na vida individual, a justiça se exprime como liberdade; na vida interpessoal, como respeito e na vida coletiva, é o querer-viver-junto, consolidado em normas.

Como expressá-la concretamente? Considerando os princípios da eqüidade, da cooperação entre os sujeitos.

"Visar à vida boa, com e para os outros, em instituições justas", é a intuição inicial da ética; esta intuição esbarra nas situações concretas de conflito, que expõem o trágico da ação.

É a partir da *Antígona*, de *Édipo-Rei*, que Ricoeur põe em jogo o caráter inelutável do conflito, na vida moral, e reflete sobre a dura aprendizagem de nós mesmos, através dos impasses entre "o homem e a mulher, a velhice e juventude, a sociedade e o indivíduo, os vivos e os mortos, os homens e o divino" (*Soi-même comme un autre*, p. 283), como se "pensar justo" fosse a réplica (...) [na tragédia], ao "sofrer o terrível" (id., p.287). Isto quer dizer que, quando os princípios morais são confrontados com a complexidade da vida, os conflitos são inevitáveis, exigindo o recurso à sabedoria prática, e o exame das relações conflituais no plano das instituições, da liberdade e da pluralidade das pessoas. A diversidade das contribuições individuais ou coletivas põe em questão a existência de enferas de justiça e da competição de interesse, fazendo surgir a sociedade política.

É a partir desta reflexão que Ricoeur define a democracia como um "regime no qual os conflitos são abertos e negociáveis, segundo regras de arbitragem conhecidas" (*Soi-même comme un autre*, p. 300). Democracia é, pois, para Ricoeur, o "bom governo", onde palavras-chave como "segurança, prosperidade, liberdade, igualdade, solidariedade" (p.301), dominam a cena da discussão política. A tarefa da filosofia é explicitar seu núcleo de sentido, dando lugar à tolerância e ao pluralismo; em suma, à equidade, que é o outro nome do sentido da justiça, quando atravessou as provas e conflitos suscitados pela aplicação da regra da justiça" (*Soi-même comme un autre*, p. 305).

Outra possibilidade de conflito surge do fato de a pluralidade humana, a alteridade das pessoas não ser sistematicamente coordenável à idéia de humanidade (id.); a sabedoria prática, o sentido ético de ação consiste de priorizar o respeito às pessoas, em relação ao respeito à lei. A regra de ouro de toda ética é a solicitude crítica em relação aos outros, a solicitude que atravessou as provas dos conflitos morais.

Trata-se de buscar, ainda, o equilíbrio entre a universalidade pretendida para as regras morais e a historicidade de sua discussão, explicitando, através do debate público, quais as regras que podem ser reconhecidas por todos.

Trata-se, pois, de solucionar conflitos éticos à luz da razão prática, da meditação sobre as regras do agir. A razão prática envolve as noções de "regra da ação", "conduta submetida a regras", "ação sensata". A ação sensata implica em explicitação de motivos gerais que tornam inteligível. A ação sensata é regrada, normatizada; há uma mediação simbólica a partir da qual a ação individual assume um sentido, se torna legível como um texto.

Para compreender a ação, Ricoeur contrói um poética da vontade, centrada na elaboração de uma teoria geral do imaginário (*Du texte à l'action*, p. 213). Para ele, a ficção contribui para redescrever a ação, "quer se incorpore ao projeto da ação de um agente individual, quer engendre o próprio campo da ação intersubjetiva" (id., p. 214). No âmbito do imaginário social, Ricoeur estuda, como veremos, a ideologia e a utopia, consideradas por ele como as expressões máximas desse imaginário.

Examinando o conceito de imaginação, o filósofo trata de superar o uso pejorativo do termo, provocado pela teoria empirista do conhecimento, o psicologismo e a psicologia de inspiração behaviorista. Assim, mostra que o termo imagem "evoca coisas ausentes, mas existentes alhures"; ou esboços, "retratos, quadros, diagramas, etc., dotados de uma existência própria, mas cuja função é fazer o papel das coisas que representam"; evoca, ainda, "coisas inexistentes", como as imagens dos sonhos, dos textos literários. Aplica-se, pois, tanto às coisas ausentes, como às coisas inexistentes, ilusórias.

A partir do jogo ausência/ilusão, são construídas as teorias rivais a respeito da imaginação, centradas em dois eixos: "do lado do objeto, o eixo da presença e da ausência; do lado do sujeito, o eixo da consciência fascinada e da consciência crítica" (*Du texte à l'action*, p. 215). As teorias rivais correspondem, respectivamente, às de Hume e Sartre e às de Pascal, Spinoza e

Husserl. Para Ricoeur, o paradigma do sentido positivo atribuído à imaginação acha-se na imagem poética, no sentido em que Bachalard abordou o tema; assim, Ricoeur se interessa pela força heurística da imagem, pela recriação do real a partir da ficção e da metáfora.

Na poesia, na ficção, a ação liga *mythos* e *mimésis*, redescreve o mundo; na vida individual, o projeto antecipa e experimenta, previamente, no imaginário, direções possíveis da ação; no plano intersubjetivo, "há um campo histórico da experiência porque meu campo temporal está ligado a outro campo temporal pelo que foi chamado de uma relação de acloppamento" (id., p. 226), com nossos contemporâneos, e nossos contemporâneos, e nossos predecessores e sucessores.

Husserl, que Ricoeur invoca, estabelece deste modo o conceito de *intropatia*, a transferência, pela imaginação, à situação do outro.

E Ricoeur afirma: "O laço analógico que faz de todo homem meu semelhante só é acessível através de um certo número de práticas imaginativas, tais como a ideologia e a utopia" (id., p. 228). O exame crítico dos aspectos antagônicos e patológicos das ideologias e das utopias, mostra que estas não se reduzem às funções de distorção, dissimulação, alienação, mas constituem, de modo simbólico, o laço social. Ideologia e utopia têm uma relação polar, na medida em que a ideologia reforça e justifica os laços existentes e a utopia projeta, pelo imaginário, uma outra sociedade: "De parte alguma jorra a mais formidável contestação daquilo-que-é" (id., p. 232). A ideologia tem uma função de integração social, a utopia, a de subversão; a ideologia legitima um sistema, a utopia contesta. O problema do poder e da autoridade, assim como sua ressonância do plano ético, estão implicados na discussão que Ricoeur faz da ideologia e da utopia. O aspecto "sadio" de ambas consiste, do lado da ideologia, no reforço do laço social; do lado da utopia, a abertura a novos modos de ser, a profecia do homem vindouro. A disfunção "da ideologia se chama distorção e dissimulação" (...); a da utopia, consiste na excentração do homem, na sua errância, na fuga para o sonho.

A consciência crítica de sua historicidade, de sua situação, o homem a assume pela mediação do imaginário não apenas individual, mas coletivo. Assim, ideologia e utopia têm um traço comum: são interpretações da vida real. A ideologia tem uma função de integração social, constitui os elementos fundadores de uma comunidade, a qual reconhece, desde modo, sua identidade própria. A utopia, através das variações imaginativas que propõe, da vida social, tem uma função libertadora, de "manter aberto o campo do possível" (*Du texte à l'action*, p.390). Ideologia e utopia são, pois, complementares (id., p.391), expressando a dupla dimensão do homem: a consciência crítica de si e de sua história, a abertura permanente a um poder-ser.

Ricoeur admite que a crítica das ideologias pode ser assumida como tarefa por uma filosofia que tem como ponto de partida uma compreensão do homem, uma compreensão do si, que implica uma crítica das ilusões do sujeito. Para tal filosofia, ética e política são campos diversos, mas indissociáveis; suas relações devem ser pensadas em termos de intersecção (id., p.393).

Com Husserl, Ricoeur funda o Estado a partir da relação intersubjetiva. A razão prática tem uma função crítica, que consiste em reconhecer o desnível entre a idéia de uma constituição política e a realidade empírica do Estado (*Du texte à l'action*, p. 257); e em desmascarar os mecanismos que distorcem a objetivação do laço comunitário, mediante a crítica das ideologias.

Para Ricoeur, o econômico, o político e o ético se interrelacionam: o econômico se caracteriza pela contraposição entre o homem e a natureza, a organização racional dos meios de produção, na sociedade moderna, constitui o "novo sagrado". O político é definido primeiro em relação ao econômico e ao social, criticando a sua redução ao econômico feita pelo marxismo. Para nosso autor, uma sociedade "que se defina unicamente em termos econômicos, é essencialmente uma sociedade de luta, de competição (...)" que suscita os sentimentos de injustiça e insensatez (*Du texte à l'action*, p. 397). Nas sociedades industriais avançadas, a ênfase na industrialização e na técnica subordinam o ético e o político a estas. O político deve, para Ricoeur, ser definido como ação

racional, inseparável da intenção ética. Ao Estado cabe a articulação das ações racionais, que fazem da comunidade histórica uma totalidade orgânica. No plano coletivo esta racionalidade se expressa não apenas como o acordo do indivíduo consigo mesmo, mas como "a racionalidade de uma prática coletiva" (id., p.399), que assegura a liberdade entendida como cidadania, isto é, a liberdade inscrita numa comunidade política. Assim para Ricoeur, o Estado não se define pela violência, mas pela salvaguarda da comunidade, para que esta realize sua finalidade, a existência durável. Para Ricoeur, é o Estado de direito que garante a liberdade e a igualdade, a **eqüidade** no plano político, mediante a educação para a liberdade, pela discussão. Tal Estado não se define pela força, mas pelo **poder**, isto é, pelo privilégio da violência legítima. A interação entre o ético e o político dá-se na busca do Estado de direito, no esforço para a criação de um espaço de liberdade, igualdade e não violência, de um Estado democrático, onde os conflitos possam ser expressos e negociados.

Os conflitos percebidos por Ricoeur são ligados, na sociedade atual, à ausência de um projeto coletivo, ao aniquilamento das normas e ao esquecimento das heranças tradicionais; às **ilusões da dissidência**, que nega toda autoridade como símbolo de repressão, e à sua contrapartida, a **tentação da ordem**, que se caracteriza pela defesa de privilégios e pela reafirmação não-criativa e conservadora das normas; ao **mito do simples**, tentativa de retorno à primitividade, às sociedades artesanais e fracamente institucionalizadas. Outro aspecto dos conflitos reside no esgotamento da democracia representativa, uma vez que foi o homem liberal quem fez as guerras coloniais, a guerra do Vietnã. Ricoeur assinala a exigência de se repensar o conceito de democracia, mediante a crítica dos fundamentos da crise presente: as ideologias rivais da **conciliação** e do **conflito** a qualquer preço. A ideologia da conciliação nega a fecundidade de todo e qualquer conflito, associado ao mal e ao pecado; recusa-se a reconhecer que o plano dos fatos os conflitos ocorrem e que é ingênuo tentar suprimi-los mediante a construção de uma sociedade em que dominem o planejamento e o cálculo. Na verdade, os conflitos sociais e

políticos são, para o filósofo francês, irredutíveis à situação de diálogo engendrada por nossa experiência interpessoal. A ideologia do conflito, por sua vez, ignora que ocorre, hoje, a atenuação de alguns deles e que há uma tendência das grandes potências de evitar confrontos armados. Os conflitos são inelutáveis e a tarefa de um Estado democrático não é eliminá-los, mas negociá-los. O Estado democrático é aquele fundado no consenso, na participação nas decisões de um número crescente de cidadãos; caracteriza-se pela livre discussão que permite a formação de uma opinião pública reta.

Irredutíveis entre si, o ético e o político se entrecruzam, na medida em que, na idade nuclear, emerge a utopia de um Estado mundial, um Estado de Direito mundial, que vise à paz.

Assinalando a crítica das ideologias como tarefa da filosofia contemporânea, propondo a utopia do Estado de direito mundial como solução para os conflitos atuais, Ricoeur faz a hermenêutica dos símbolos da nossa época, e decifra as condições da liberdade, para o homem que apreende a si mesmo como um outro.

Partindo de uma hermenêutica dos símbolos e chegando à decifração da ação, entendida como um texto, Ricoeur discute os fundamentos éticos da vida política, pela mediação da crítica às duas expressões maiores do imaginário social, a ideologia e a utopia.

O "animal político" é, antes de mais nada, um "animal poético", "um animal simbólico".